

# SUMÁRIO

---

## PREFÁCIO

<b>Humberto Theodoro Júnior</b> .....	15
---------------------------------------	----

INTRODUÇÃO .....	19
------------------	----

## CAPÍTULO 1

<b>MANIFESTAÇÃO HISTÓRICA DA AÇÃO POPULAR</b> .....	25
---	----

1.1	Ação popular: instrumento de exercício da democracia.....	25
1.1.1	Importância política da ação popular .....	25
1.1.2	Democracia .....	29
1.1.3	Papel da ação popular no exercício da cidadania .....	35
1.2	Origem e evolução da ação popular.....	37
1.2.1	A origem no Direito Romano .....	37
1.2.2	A Idade Média .....	39
1.2.3	Renascimento da ação popular no Direito contemporâneo.....	40

## CAPÍTULO 2

### AÇÃO POPULAR NOS DIREITOS ALIENÍGENA E

<b>BRASILEIRO</b> .....	43
-------------------------	----

2.1	O direito estrangeiro.....	43
2.1.1	Breve análise da legislação alienígena .....	43
2.1.1.1	Portugal .....	43
2.1.1.2	Espanha .....	46
2.1.1.3	Itália .....	50
2.1.1.4	França.....	53
2.1.1.5	Alemanha .....	55
2.2	Ação popular no Direito brasileiro.....	58
2.2.1	A introdução da ação popular na legislação pátria.....	58
2.2.2	Ação popular e outras ações constitucionais .....	62
2.2.2.1	Ação popular e <i>habeas corpus</i> .....	62
2.2.2.2	Ação popular e mandado de segurança .....	63
2.2.2.3	Ação popular e mandado de injunção.....	66
2.2.2.4	Ação popular e <i>habeas data</i> .....	67
2.2.2.5	Ação popular e ação civil pública.....	68



### CAPÍTULO 3

## AÇÃO POPULAR: NATUREZA JURÍDICA, OBJETO E

CONDIÇÕES.....	73
3.1 Natureza jurídica da ação popular.....	73
3.2 Objeto da Ação Popular.....	75
3.2.1 Tradicional objeto da ação popular.....	75
3.2.2 Violação do princípio da moralidade decorrente da lesão.....	88
3.3 Condições e requisitos da ação popular.....	91
3.3.1 Condições da ação em geral.....	91
3.3.1.1 Possibilidade jurídica do pedido na ação popular.....	96
3.3.1.2 O interesse processual de agir na ação popular.....	99
3.3.1.3 A legitimidade de partes na ação popular.....	103
3.3.1.3.1 “Cidadania mínima”, como crítica à exigência da qualidade de eleitor.....	107

### CAPÍTULO 4

## PONTOS CONTROVERTIDOS DA AÇÃO POPULAR..... 109

4.1 O prazo para propor ação popular.....	109
4.1.1 O prazo do art. 21 da Lei nº 4.717/65.....	109
4.1.2 Interesse coletivo <i>versus</i> interesse individual.....	113
4.1.3 O art. 21 da Lei nº 4.717/65 e a sentença inexistente.....	115
4.1.4 Da não recepção do art. 21 da Lei nº 4.717/65 pela Constituição de 1988.....	117
4.2 Reconvenção.....	120
4.3 Sentença lesiva proferida em ação popular.....	123
4.3.1 Ação popular improcedente por deficiência de prova e a coisa julgada.....	124
4.3.2 Ação popular infundada e extinção do processo por carência de ação.....	127
4.4 O acórdão lesivo ao patrimônio público.....	129
4.5 Limites para a invalidação de sentença ou acórdão lesivo ao erário.....	132

### CAPÍTULO 5

## ATO JURISDICIONAL E COISA JULGADA..... 135

5.1 Ato jurisdicional.....	135
5.1.1 Ato tipicamente jurisdicional.....	135
5.1.2 O tratamento jurisprudencial.....	142
5.1.3 Sujeição do ato jurisdicional ao princípio da moralidade.....	147
5.2 O instituto da coisa julgada.....	151
5.2.1 A coisa julgada.....	151
5.2.2 A coisa julgada material e formal.....	154



5.2.3	Eficácia da sentença e sua imutabilidade .....	157
5.2.4	Limites objetivos da coisa julgada .....	159
5.2.5	Limites subjetivos da coisa julgada .....	161
5.2.6	Fundamentos e teorias da coisa julgada .....	163

## CAPÍTULO 6

### COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL E AS NOVAS

<b>CONCEPÇÕES</b> .....		169
6.1	Coisa julgada inconstitucional .....	169
6.1.1	Enquadramento normativo da coisa julgada .....	169
6.1.2	Coisa julgada e justiça da decisão .....	170
6.2	Posicionamentos doutrinários .....	174
6.2.1	O ponto de vista do português Paulo Otero .....	175
6.2.2	A tese de Humberto Theodoro Júnior e Juliana Cordeiro de Faria .....	177
6.2.3	As ideias de Cândido Rangel Dinamarco .....	179
6.2.4	O pensamento do Ministro José Augusto Delgado .....	181
6.2.5	Os argumentos de Alexandre Freitas Câmara .....	182
6.2.6	A tese de Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina .....	184
6.3	Síntese das novas concepções doutrinárias .....	187

## CAPÍTULO 7

### A INVALIDAÇÃO DO ATO JURISDICIONAL LESIVO AO

<b>ERÁRIO PÚBLICO</b> .....		191
7.1	A coisa julgada lesiva ao erário público .....	191
7.2	A invalidação da sentença lesiva através de ação popular e os seus limites .....	194
7.3	Limites para invalidação da sentença lesiva através de ação popular .....	205
7.4	Sentença imoral, sentença inexistente .....	206
<b>CONCLUSÃO</b> .....		219
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		225